



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior
Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 1^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE SERVIÇOS DE 2021

Realizou-se, no dia 08 de dezembro de 2021, por plataforma de videoconferência Teams, a 1^a Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho sobre Serviços - GT Serviços - da Câmara de Comércio Exterior (Camex). A reunião foi coordenada pela representante titular da Secretaria-Executiva da Camex, a Secretária-Executiva Sra. Ana Repezza, e contou com a participação dos membros:

Adriana de Azevedo Silva - SEPEC/ME (Suplente)
André Luiz Limp de Azevedo - Apex Brasil (Titular)
Daniela Ferreira de Matos - SECINT/ME (Suplente)
Fernando Mombelli - Secretaria Especial da RFB (Suplente)
Juliana Ribeiro Larenas - Ministério da Defesa (Suplente)
Karina Regina Vieira Bazuchi - Apex-Brasil (Suplente)
Leonardo Diniz Lahud - SE-Camex (Suplente)
Renato Agostinho da Silva - SECINT/ME (Titular)
Roman Leon Gieburowsk - Ministério das Relações Exteriores (Suplente)
Sarah Mendonça de Faria - Ministério da Defesa (Suplente)

E dos convidados:

Alessandra Cristina Mendonça de M. Matos, Analista de Políticas e Indústria da CNI

Bruno Castelo Branco, Gerente da Área de Indústria, Serviços e Comércio Exterior do BNDES

Constanza Negri Biasutti, Gerente de Diplomacia Empresarial e Competitividade do Comércio da CNI

Marcia Cristina da Silva Dias, Gerente de Relações Institucionais de Indústria, Serviços e Comércio Exterior do BNDES

A Secretária-Executiva da Camex, Ana Repezza, iniciou a videoconferência cumprimentando os participantes e agradecendo-lhes pela presença. Na sequência, abriu a reunião relembrando que a recriação do grupo teve como base a manifestação de interesse de diversos membros do Gecex, bem como a Recomendação nº 5 do Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex), que pedia a criação de um lócus específico para tratar sobre temas atinentes ao comércio de serviços. Informou que o grupo de trabalho é composto por sete membros e terá duração de um ano, em linha com o que dispõe o Decreto 10.044, de 4 de outubro de 2019. Em seguida, abriu a palavra para que cada membro pudesse se apresentar aos demais integrantes do GT. Os representantes agradeceram o convite para participar da reunião e se colocaram à disposição para contribuir com os trabalhos do Grupo.

A Secretária continuou sua fala esclarecendo que, conforme consta na agenda da reunião, ela seria dividida em duas partes: a primeira reservada às entidades de governo e a segunda aberta à participação do setor privado. Em seguida, a Secretária fez breve explanação sobre a relevância do setor de serviços para o crescimento e desenvolvimento econômico e para o aumento da inserção internacional do Brasil. Destacou o desafio de se tratar do comércio exterior de serviços, uma vez que barreiras a este setor se dão primordialmente na forma de regulações (tanto domésticas quanto externas). À luz desse contexto, a recriação do grupo visa a promover discussões que resultem na elaboração de propostas de mudanças normativas, regulatórias, tributárias e de políticas públicas em geral, com vistas a melhorar a inserção do setor de serviços brasileiro nas cadeias globais de valor.

Em seguida, passou a palavra para o Secretário-Executivo Adjunto da Camex, Leonardo Lahud, para que apresentasse as perspectivas da SE-CAMEX para a dinâmica de trabalho do GT. O Secretário Lahud informou que, conforme determina a Resolução Gecex nº 263, a previsão é que este GT se reúna bimestralmente e que conte com um Plano de Trabalho para guiar suas atividades. A proposta da SE-CAMEX, enquanto coordenadora do GT, é que o plano de trabalho seja construído com base em 3 “blocos”:

I) Iniciativas que já constavam no plano de trabalho da versão anterior do GT, que esteve ativo até o final de 2018, mas que ainda carecem de endereçamento pelo setor público. A avaliação da pertinência de manutenção será feita pelos membros do GT e consolidada pela coordenação do GT.

II) Iniciativas propostas pelos membros do GT e por demais órgãos do setor público com competências relacionadas ao comércio de serviços. Podem ser submetidas iniciativas que já estão sendo trabalhadas pelos órgãos, ou novas propostas.

III) Iniciativas advindas do setor privado, por meio de consulta pública, se assim deliberado nesta reunião.

Recordou que, conforme previamente notificado por e-mail, os membros do GT terão até o dia 15 de dezembro para o envio das respectivas iniciativas de interesse. Isso também poderá ser feito pelos membros convidados (BNDES e IPEA), seguindo o regimento interno do GT, que permite essa colaboração entre entes do setor público. Após a compilação das iniciativas enviadas pelo governo, estas serão circuladas aos membros, para conhecimento, até meados de janeiro. Todavia, o compilado final, que incluirá também as iniciativas submetidas pela sociedade civil mediante consulta pública, será enviado até meados de fevereiro, após o término do prazo da consulta. Destacou que, possivelmente, parte das iniciativas que serão propostas serão de médio e longo

prazo. Nesse contexto, a SE-CAMEX almeja elaborar uma agenda concreta de trabalho para 2022 que não apenas sirva de guia para a atuação do Grupo ao longo do próximo ano, mas, também, permita a criação de uma massa crítica com base na qual se possa propor diretrizes para a próxima gestão, possibilitando, dessa forma, uma continuidade do trabalho do Grupo.

A representante do BNDES indagou se seria possível disponibilizar algum documento com as iniciativas conduzidas pelo antigo GT. O Secretário informou que seriam disponibilizados os eixos temáticos que compunham o plano de trabalho da versão anterior do Grupo.

Dando continuidade à reunião, o Secretário-Adjunto passou ao próximo item da agenda, qual seja, a deliberação sobre a consulta pública. Relembrou que, como informado nas reuniões bilaterais conduzidas previamente à esta reunião, a SE-CAMEX está propondo que seja realizada uma consulta pública aberta à sociedade civil estruturada em 3 eixos temáticos:

Eixo 1 - Melhoria do Ambiente de Negócios: propostas sobre melhoria do ambiente regulatório do país, no que tange não apenas a normativos de órgãos e entidades reguladoras com competência sobre atividades de serviços, como também a questões tributárias e legislativas.

Eixo 2 - Financiamento e Garantia às Exportações: como sabemos, programas governamentais de apoio financeiro à exportação são condições essenciais para ampliar a presença das empresas brasileiras no exterior em quaisquer setores de atuação, pois proporcionam melhores condições de competitividade para as empresas exportadoras. Todavia, tais programas podem ser aprimorados para corresponder às especificidades presentes nas transações de empresas exportadoras de serviços.

Eixo 3 - Internacionalização e Promoção das Exportações: diversos setores de serviços no Brasil apresentam vantagem competitiva que os possibilita crescimento pela expansão internacional. A oportunidade de participação em mercados estrangeiros melhora a competitividade externa e doméstica das empresas, o que, indiretamente, contribui para a melhoria da competitividade das empresas demandantes desses serviços, pelo acesso a serviços de melhor qualidade a preços mais baixos.

Acrescentou que a consulta será realizada em formato aberto, solicitando-se que os respondentes manifestem seus pontos de interesse, dentro de cada um dos três eixos previamente definidos. Por fim, esclareceu que a deliberação seria pela aprovação da realização da consulta pública nos moldes apresentados e conforme os documentos circulados ao grupo (documento SEI nº 20905147).

Renato Agostinho da Silva, representante da SECINT/ME, pediu esclarecimento quanto ao prazo da consulta, ao que o Secretário-Executivo Adjunto da Camex respondeu que a consulta terá prazo de 60 dias a partir de sua abertura. Dessa forma, a deliberação sobre a consulta pública foi aprovada de forma unânime. O grupo aprovou o item da agenda.

Após a deliberação, a Secretária Ana Repezza passou ao próximo item da agenda: apresentações institucionais da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT) e da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (SEPEC). Foi avisado que, a pedido da SEPEC, seria realizada inversão da ordem das apresentações. A Secretária aproveitou a oportunidade para informar que os membros que quiserem realizar esse tipo de apresentação nas próximas reuniões do GT poderiam manifestar interesse enviando e-mail à Coordenação do grupo.

A apresentação da SEPEC (documento SEI nº 20918628) foi feita por Adriana de Azevedo Silva, Coordenadora-Geral de Ambiente de Negócios para o Setor de Comércio, da Subsecretaria de Ambiente de Negócios e Competitividade (SANC), da

Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (SDIC), com o auxílio do Servidor Henrique Cavalieri, da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE).

A Coordenadora-Geral esclareceu, no início da sua apresentação, que a representação da SEPEC no GT Serviços será feita pela SDIC e pela SEAE. Em seguida, após apresentar o diagnóstico da SEPEC sobre os motivos da baixa participação dos serviços brasileiros no comércio internacional, ressaltando-se os fatores da defasagem regulatória e da falta de convergência com as melhores práticas internacionais, discorreu-se sobre algumas iniciativas sendo implementadas no âmbito da Secretaria Especial e que visam a reverter esse cenário de baixa participação, como o Novo Marco Legal das Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), a Lei de Falências para Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e o desenvolvimento de ferramentas para elaborar estatísticas de comércio eletrônico. Por fim, indicaram-se os temas prioritários para a SEPEC a serem tratados pelo GT Serviços, quais sejam: definição da exportação de serviços, redução das restrições à atuação de fornecedores estrangeiros em alguns setores, ampliação da rede de acordos bilaterais para evitar a bitributação (ADTs), promover a internacionalização de setores específicos, aprimoramento do sistema tributário e melhoria dos programas de capacitação de mão-de-obra.

Passou-se, em seguida, à apresentação da SECINT (documento SEI nº20918507), feita por Renato Agostinho da Silva, Subsecretário da Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior (SUEXT) da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). O Subsecretário externou sua satisfação com a reativação do GT e apresentou um panorama sobre o comércio de serviços no Brasil e sobre a participação do setor nas exportações e importações do País. Ressaltaram-se, nessa parte da apresentação, a discrepância entre o peso do setor de serviços no PIB brasileiro e no comércio exterior do País, a baixa participação dos serviços importados nas exportações brasileiras de bens relativamente aos serviços domésticos, e os efeitos estimados da redução das barreiras às importações de serviços no Brasil sobre indicadores como PIB, exportações, importações e investimentos. Quanto às sugestões de iniciativas a serem tratadas pelo GT Serviços, a SECINT apontou o aprimoramento dos regimes de industrialização para exportação, de modo a contemplar as importações de serviços, a desoneração do IOF-Câmbio e da Cide Remessas sobre as importações brasileiras de serviços e, por fim, o monitoramento do ambiente regulatório atinente ao comércio de serviços no Brasil com base no Índice de Restritividade do Comércio de Serviços (STRI, na sigla em inglês) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Após a apresentação da SECINT, a Secretária Ana Repezza deu as boas-vindas ao representante da Receita Federal na reunião e Coordenador-Geral de Tributação da Subsecretaria e Contencioso (SUTRI), Fernando Mombelli, que havia conseguido se conectar após problemas técnicos. Mombelli agradeceu as boas-vindas e se colocou à disposição para colaborar com o trabalho do Grupo.

Em seguida, deu-se início à segunda parte da reunião, na qual a Confederação Nacional da Indústria (CNI), representada pela Gerente de Diplomacia Empresarial e Competitividade do Comércio, Constanza Negri Biasuti, e pela Analista de Políticas e Indústria, Alessandra Matos, discorreu sobre a visão da entidade em relação ao papel do setor de serviços para a competitividade da indústria, em apresentação intitulada “Prioridades da Indústria para o Comércio Exterior de Serviços”. Após demonstrar a crescente importância dos serviços no processo de agregação de valor da produção manufatureira, a apresentação da CNI indicou as prioridades da indústria para o comércio exterior de serviços nas áreas de tributação e financiamento. Na primeira, ressaltaram-se a redução da carga tributária e o fim da cumulatividade e da incidência de tributos indevidos; a modernização dos regimes aduaneiros a fim de incorporar os

serviços industriais; a eliminação da tributação indevida nas exportações; e a ampliação e a revisão da rede de ADTs. Na segunda, foram reforçados a reforma do modelo de financiamento às exportações; o investimento em instrumentos de inteligência e estatística; e a maior celeridade na internalização de acordos internacionais.

Ao fim da apresentação, Ana Repezza indagou ao representante do Ministério das Relações Exteriores, Roman Leon Gieburowski Neto, acerca da internalização do acordo plurilateral de serviços da OMC referente à regulação doméstica, ao que ele respondeu que o MRE tem acompanhado o processo de internalização desse acordo, bem como os processos referentes a outros acordos, como o Protocolo de Comércio Eletrônico do Mercosul.

Ana Repezza reforçou a importância de a CNI participar da Consulta Pública e divulgá-la às suas empresas associadas, para que o Plano de Trabalho do GT Serviços seja baseado no maior número possível de contribuições do setor privado. Constanza Negri concordou e ressaltou o compromisso da CNI com o sucesso da Consulta Pública.

Ana Repezza concluiu dizendo que a data prevista para a próxima reunião ordinária do grupo seria 15 de fevereiro. A expectativa da coordenação do grupo é de que, até essa data, já tenha sido possível consolidar as prioridades que vierem dos membros do GT e da Consulta Pública. Dessa forma, reforçou o pedido de que os membros enviem suas contribuições até 15 de dezembro de 2021. Leonardo Lahud ainda adicionou que na próxima reunião a intenção é que já se entre nas discussões mais efetivas, para discutir iniciativas específicas, em detalhe.

Após os agradecimentos e felicitações de Boas Festas, a Secretária Ana Repezza encerrou a reunião.

ANA PAULA REPEZZA

Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior
Coordenadora do GT-Serviços



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lindgren Alves Repezza, Secretário(a) Executivo(a)**, em 08/03/2022, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22906996** e o código CRC **FA4C3916**.